

“

Relatório e Contas.

'20

“

Índice.



Relatório e Contas '20

- 04** A empresa
- 06** Missão, visão e valores
- 08** Ação estratégica e políticas
- 10** Organograma
- 12** Órgãos sociais
- 14** Áreas de serviço e evolução da atividade
- 24** Situação económica e financeira
- 28** Perspetivas futuras
- 30** Proposta de aplicação de resultados
- 32** Demonstrações financeiras e anexo
- 38** Anexos às Demonstrações financeiras
- 60** Anexos



A close-up photograph of three water droplets resting on a vibrant green leaf. The droplets are clear and rounded, reflecting light. The leaf's veins are visible, and the background is a soft, out-of-focus green. In the top right corner, there is a small, handwritten-style signature in black ink.

“

**Por
uma
cidade
mais
limpa.**

Compromisso e
organização na eficiência.



A Vitrus Ambiente

Constituída por escritura
pública em 29 de setembro
de 2010

A VITRUS AMBIENTE, EM, SA enquadra-se no regime jurídico do setor empresarial local e das participações locais [Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto]. Rege-se, também, pelos seus Estatutos e, subsidiariamente, pelo regime do setor empresarial do Estado, pelo Estatuto do Gestor Público e pelas normas aplicáveis às sociedades comerciais.

Constituída por escritura pública em 29 de setembro de 2010 e com início da sua atividade no dia 1 de outubro do mesmo ano, a VITRUS assume, por delegação de competências do município, a gestão de serviços de interesse geral nas seguintes

áreas: 1) Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza Pública, nomeadamente na recolha e transporte a destino final de Resíduos Urbanos e Limpeza de Instalações e de Espaços Públicos; 2) Promoção, Gestão e Fiscalização do Estacionamento Público Urbano, em particular nos parques públicos e zonas de estacionamento de duração limitada [ZEDL].

Atua no âmbito geográfico do concelho de Guimarães, cuja cobertura territorial tem vindo a registar um crescimento significativo e sustentável, desde a sua criação e início de atividade.



“

Missão visão e valores .

Serviço público de
qualidade como referência.

“



**Pretendemos ser uma
organização de referência local e
nacional nas áreas onde atuamos.**

A VITRUS tem como missão a recolha e transporte dos resíduos urbanos contentorizados, a limpeza e higiene dos edifícios públicos onde estão instalados serviços municipais e a gestão do estacionamento urbano, estabelecendo o serviço público de qualidade como referência e tomando como base orientadora os princípios básicos da gestão: elevada eficácia e eficiência. Pretendemos ser uma organização de referência local e nacional nas áreas onde atuamos e ambicionamos ser reconhecidos pela nossa capacidade de adaptação às constantes mudanças.

A VITRUS assenta toda a sua ação nos seguintes valores:

VERACIDADE – as ações e decisões serem sempre exatas e verdadeiras;

INOVAÇÃO – com a intenção de criar valor onde atua e naquilo que faz;

TRANSPARÊNCIA – ligação clara e inequívoca na relação com os stakeholders;

RESPONSABILIDADE – assumir as funções e as implicações das respetivas ações;

UTILIDADE - sentir que as funções que desempenha são importantes e imprescindíveis;

SUSTENTABILIDADE – priorizar as necessidades em função dos recursos disponíveis;



“

Ação estratégica e políticas.

Obter níveis elevados
de eficácia e eficiência.

“

Ao longo dos 10 anos ao dispor da comunidade, a VITRUS tem-se pautado por prestar um serviço útil e de qualidade.

Assente nos valores, em todas as ações que concretiza, a VITRUS pauta sempre o seu trabalho com um grande sentido de responsabilidade, exigência e rigor, tornando assim o seu crescimento sustentado e alicerçado em premissas sólidas e perenes.

Ao longo dos 10 anos ao dispor da comunidade, a VITRUS tem-se pautado por prestar um serviço útil e de qualidade, sempre com o propósito de continuar a obter níveis elevados de eficácia e eficiência com o foco no crescimento contínuo e sustentável. O constante avanço e otimização dos equipamentos, serviços e recursos são dos principais meios usados

para atingir a satisfação cada vez maior e de forma mais distinta da comunidade que servimos, em primeiro lugar, mas também do município, dos fornecedores e dos nossos colaboradores.

Sem nunca perder o foco nos nossos valores, a VITRUS destaca cada vez mais o papel relevante da economia circular em detrimento da economia linear. A proteção do ambiente e a qualidade de vida dos nossos munícipes são primordiais no exercício das nossas funções, daí que a nossa aposta em diversos projetos e iniciativas de responsabilidade social são incentivadas e ocupam um espaço considerável no dia-a-dia da empresa.

Logo

Limpeza
Pública



Higiene
Urbana

ZEDL



Estacionamento
Público

Parques
Públicos

Organograma.

Uma organização
pensada em servir!

h
ato
g





“

Orgãos sociais.

Trabalhamos
por si todos os dias!

Presidente da Mesa

Vitor Oliveira

Município de Guimarães, representado pelo Chefe de Gabinete
do Presidente da Câmara Municipal de Guimarães

Mónica Félix

Secretaria

Conselho de Administração

Sérgio Alberto Castro da Rocha

Presidente

João Pedro de Oliveira Martins Castro

Administrador Executivo

Maria José Teixeira Martins

Administradora Não Executiva

Fiscal Único

G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROG, Lda

Capital Social e Prestações Suplementares

Capital Social de 255.343,00 Euros em 255.343 ações de valor
nominal de 1,00 Euro.

Acionista

Município de Guimarães: 255.343 ações

M
ato
7.

Áreas de Serviço e Evolução da Atividade

Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza Pública e Promoção, Gestão e Fiscalização do Estacionamento Público

No ano de 2020 a **VITRUS** manteve a sua atuação, de acordo com o estabelecido no regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, direcionada para dois grandes serviços de interesse geral: **Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza Pública e Promoção, Gestão e Fiscalização do Estacionamento Público.** **O primeiro serviço** – HIGIENE URBANA – Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza Pública – desagrega-se em: I) Recolha e Transporte de Resíduos Indiferenciados; II) Gestão e Operacionalização do Sistema PAYT no Centro Histórico de Guimarães e III)

Limpeza de Vias e Espaços Públicos.

O segundo serviço – ESTACIONAMENTO PÚBLICO – Promoção, Gestão e Fiscalização do Estacionamento Público – desagrega-se em: I) Parques Públicos e II) Zonas de Estacionamento de Duração Limitada. Uma outra atividade onde a empresa atua **[terceiro serviço]** é a Limpeza de Edifícios Públicos, todos eles com a responsabilidade e gestão direta da Câmara Municipal de Guimarães. Este serviço está contratualizado através de contrato de prestação de serviços, comumente designado “*in house*”.

01





Serviço I

Higiene Urbana

Gestão de resíduos urbanos e limpeza pública

Por fazer parte da génese da empresa, este serviço é o mais importante, visível e aquele que constitui a parte mais representativa da sua estrutura. É de grande importância garantir que a VITRUS assegure as melhores condições de higiene urbana e pública aos munícipes e garantir que o serviço é prestado de forma competente e célere.

// Recolha e transporte de resíduos urbanos indiferenciados

As condições máximas de salubridade pública do município são o objetivo principal da VITRUS.

Em 2020 continuamos a investir em equipamentos que servem melhor não só a comunidade onde atuamos, como também os nossos colaboradores. O arrendamento de um estaleiro improvisado e obras de melhoramento e requalificação no nosso estaleiro também promovem um maior bem-estar das equipas e uma mais-valia no apoio aos serviços e às tarefas desempenhadas.

Voltamos a adquirir novos contentores de resíduos urbanos indiferenciados (enterrados e semienterrados) para instalação. Como resultado deste investimento, foi possível recolher mais de 1 614 toneladas de resíduos urbanos contentorizados relativamente ao ano anterior, bem como alargar o nosso espaço geográfico de atuação. Em 2020, estamos responsáveis pela gestão de 489 contentores de resíduos indiferenciados espalhados pelo município. Continuamos ainda a

proceder à manutenção e higienização de todos os equipamentos já instalados e assim promover uma melhor imagem dos contentores de resíduos, da zona envolvente e da empresa, bem como promover uma utilização responsável e correta dos mesmos.

Em 2020, a VITRUS recolheu, no total, 36 173 toneladas de resíduos indiferenciados, o que corresponde a 58% dos RU recolhidos em todo o município.

Para otimizar os nossos serviços não apenas na execução das tarefas no terreno, mas também na recolha e análise da informação, queremos continuar a dotar as viaturas de recolha e transporte com soluções tecnológicas que nos permitam atingir esses objetivos e, assim, tornar o nosso serviço cada vez mais eficiente e rigoroso.

// Recolha e transporte de resíduos volumosos [monstros]

"Monstros" é o nome mais comum usado para designar resíduos volumosos. Estes são todos os resíduos que, devido às suas dimensões ou volume, não podem ser depositados em ecopontos ou contentores e também não podem ser transportados por um camião de recolha comum. A VITRUS está responsável pelo transporte gratuito dos resíduos, em algumas freguesias do concelho, desde o ponto de recolha até ao Ecocentro, de acordo com um agendamento prévio e a colocação dos mesmos na via pública.

M
atp
J.

“

A tarifa PAYT é um projeto pioneiro em Portugal e assenta no conceito de poluidor-pagador.

/// Gestão e operacionalização do sistema payt no centro histórico de Guimarães

A recolha e gestão dos resíduos no Centro Histórico é diferente do resto da cidade. Desde 2016 que a implementação da tarifa PAYT (Pay-as-you-throw) é um projeto pioneiro em Portugal e assenta no conceito de poluidor-pagador. Isto é, de acordo com esta tarifa, o utilizador paga apenas o lixo que produz através da aquisição de sacos autorizados para a deposição de resíduos indiferenciados. Existe uma relação direta entre a produção e o pagamento de resíduos, logo, quanto mais separar, menos espaço ocupará nesse saco e mais vai poupar. O propósito essencial é incentivar os munícipes a refletirem sobre a quantidade de resíduos que produzem e apoiar a adoção de hábitos mais sustentáveis, como o da separação. São recolhidos diariamente, ao longo de 6 voltas diárias, os resíduos colocados à porta de cada estabelecimento ou habitação.

O principal objetivo do sistema “Pay-as-you-throw” no Centro Histórico é responsabilizar o utilizador pela quantidade de resíduos produzidos, para que sejam cumpridas as seguintes metas:

- I. Diminuir a quantidade de resíduos produzidos;
- II. Diminuir a quantidade de resíduos encaminhados para aterro;

- III. Aumentar a quantidade de resíduos da recolha seletiva.

Estas metas vão de encontro às Diretivas Europeias e ao objetivo de tornar Guimarães “mais verde”. Assim no ano de 2019, iniciou-se o alargamento do projeto PAYT à área adjacente ao Centro Histórico, incluindo por exemplo, Alameda São Dâmaso, Largo do Toural, Rua Santo António, Rua Gil Vicente, entre outras. Nestas ruas os utilizadores começaram a usufruir do mesmo sistema de gestão e recolha de resíduos.

Na referida área, à semelhança do Centro Histórico, foram oferecidos mini ecopontos domésticos a todos os utilizadores interessados, como incentivo à separação e reciclagem dos resíduos, seguindo-se uma campanha de sensibilização porta a porta.

No ano de 2020, aumentamos a quantidade de RU recolhidos na zona PAYT. A percentagem de resíduos seletivos recolhidos foi de 25%, sendo que desses, 27% foi vidro, 60% foram referentes ao papel e cartão e os restantes 13% foram provenientes das embalagens de plástico e metal. Ao todo, recolhemos mais de dois mil e cinquenta toneladas de resíduos urbanos (seletivos e indiferenciados) no Centro Histórico e área de alargamento.

Devido aos resultados extremamente positivos, prevê-se continuar a alargar o projeto, designadamente à periferia da zona onde já se encontra implementado.

4m
G. J.
g.

A VITRUS está responsável pela manutenção de vários espaços verdes e de vias públicas em Guimarães.

Em conclusão, as vertentes de atuação enquadradas neste serviço de interesse geral, representaram cerca de 78% do volume de faturação da empresa.

// Limpeza de vias e espaços públicos

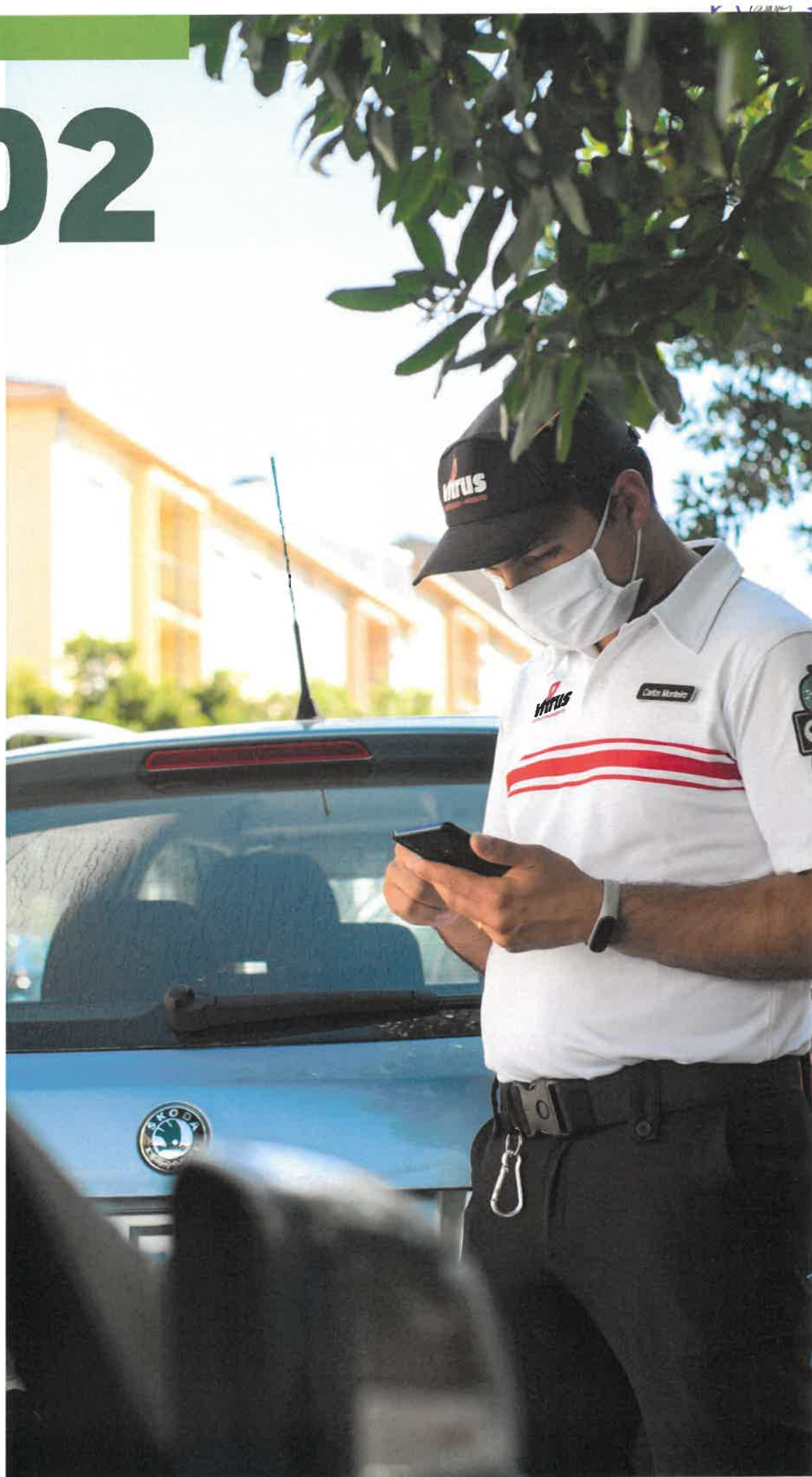
A VITRUS está responsável pela manutenção de vários espaços verdes e de vias públicas em Guimarães. Este serviço consiste no corte de ervas no passeio e em beirados de terrenos públicos e na desmatagem e manutenção de áreas verdes. Com o serviço de limpeza de vias públicas pretendemos apoiar na manutenção das suas ruas e caminhos de forma a evitar perigos e constrangimentos, garantindo a satisfação dos cidadãos. Este serviço contempla a limpeza contínua e programada de caminhos públicos e espaços verdes, distribuídos pelos seguintes locais: ROTA DA CITÂNIA, ROTA DE SÃO

TORCATO, ROTA DA PENHA, CAMINHO REAL E PISTA DE CICLOTURISMO e ainda escolas do concelho.

A limpeza na gestão das faixas de combustível é um serviço da responsabilidade da VITRUS, para a prevenção de incêndios. A nossa empresa fez a limpeza de 295 ha de faixas de combustível em várias zonas do concelho de Guimarães, limpando e cortando, de forma seletiva, 10 metros para lá da estrada, seguindo as regras estipuladas na lei.

Para além da manutenção de espaços verdes, a VITRUS assegura a limpeza do Centro Histórico. Prestamos diariamente serviços de varredura manual e automática, de lavagem através de equipamentos de alta pressão, sopradores, recolha de lixo dos passeios, de chiclets (Papa-Chiclets) e pontas de cigarros (Eco-Pontas) e manutenção das papeleiras, sempre de acordo com as necessidades.

02





Serviço II

Estacionamento Público

Promoção, gestão e fiscalização
do estacionamento público

A mobilidade urbana é, cada vez mais, um assunto urgente e na ordem do dia. As cidades estão a tornar-se cada vez mais lotadas, não apenas devido ao grande número de pessoas que migram diariamente para os seus trabalhos. Guimarães tem vindo a verificar dois fenómenos que dificultam a mobilidade: 1. o grande aumento de oferta de mercado, quer de lojas, restaurantes, espaços culturais ou de lazer, que trazem cada vez mais público ao centro da cidade, em diversas alturas do dia; 2. o aumento vertiginoso de turismo e do consequente crescimento de alojamentos no centro da cidade para dar resposta à procura. Estes fatores conjugados resultam num constante esgotamento de espaço público livre para o estacionamento das viaturas. Outro problema é que o estacionamento acontece muitas vezes de forma abusiva e desordenada.

A necessidade da criação de soluções é, efetivamente, uma urgência, já que implica igualmente com o bem-

estar e a qualidade de vida dos cidadãos que habitam, trabalham ou visitam Guimarães.

A VITRUS é a empresa municipal responsável pela gestão do estacionamento público na cidade e tem como propósito melhorar a mobilidade urbana através de soluções justas, eficientes e adequadas às necessidades dos condutores. Existe este compromisso até, pelo menos, 31 de dezembro de 2024, data em que termina o contrato-programa entre o Município e a VITRUS; o de implementar na cidade soluções de estacionamento adequadas e inovadoras.

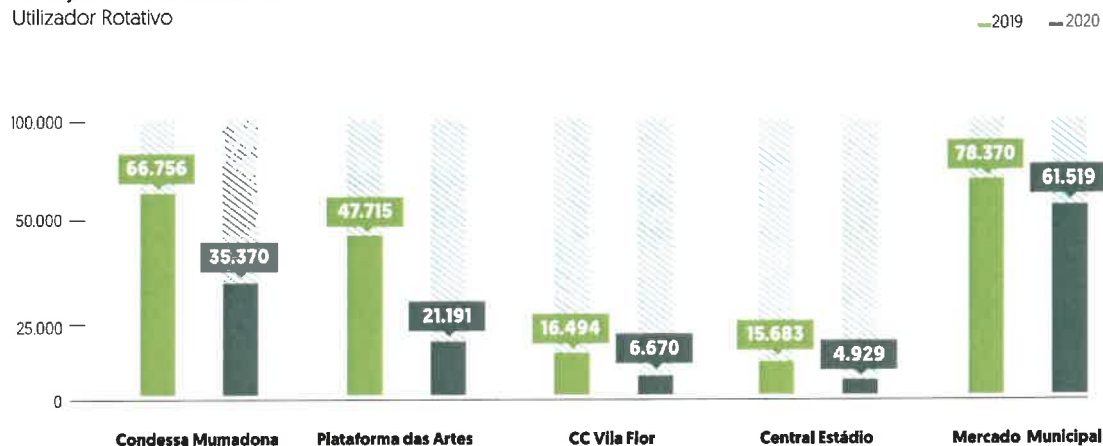
O ano de 2020 teve um forte impacto no estacionamento público, visto que pagamento nos parques públicos e nas Zonas de Estacionamento de Duração Limitada esteve suspenso durante quase dois meses, sendo que nos meses seguintes também sentimos quebras significativas, devido às alterações existentes no quotidiano.



M
A
J

Evolução do N.º de Entradas

Utilizador Rotativo



// Parques Públicos

A VITRUS gere cinco parques públicos localizados no centro de Guimarães, o que perfaz um total de mais de 800 lugares de estacionamento. Todos eles partilham das mesmas características, como o horário ou as tarifas. Os nossos parques encontram-se abertos 24 horas, 7 dias por semana.

Este serviço permite um estacionamento sem duração limitada, em segurança e coberto, sendo que o ano de 2020 ficou marcado por uma redução no número de avançados e rotativos, devido à pandemia.

Em 2020 entrou em vigor o novo tarifário, aprovado pelo Município de Guimarães, que pretendia que o mesmo fosse mais ajustado à estratégia definida para este serviço.

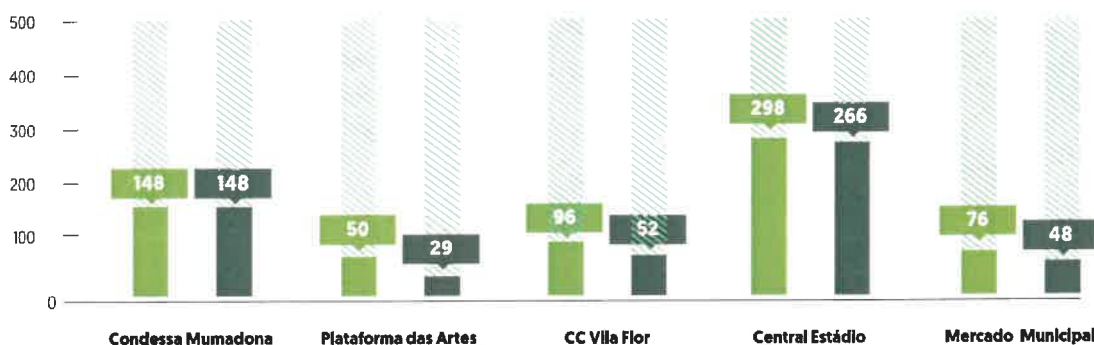
Através da informação demonstrada nos gráficos abaixo, podemos verificar que o registo global de entradas de utilizadores rotativos nos parques quebrou a tendência de crescimento verificada anteriormente. O número total de entradas nos cinco [5] parques é de 135659, o que demonstra um decréscimo total de 40% relativamente ao ano anterior.

Já sobre o número de assinantes do nosso serviço de avenças mensais são analisados até à data de 31 de dezembro de cada ano e verifica-se que existiu uma quebra, nomeadamente com a redução de 19% no número de avançados.

Este serviço representou cerca de 6% do volume de faturação da empresa// ZONAS DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA [ZEDL]

Evolução do N.º de Assinantes

A 31 de Dezembro



“

**Ordenar o estacionamento
na via pública promove
uma circulação mais fluida.**

// Zonas de Estacionamento de Duração Limitada [zedl]

Para além dos parques públicos, prestamos também o serviço de fiscalização das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada [ZEDL], ou mais comumente conhecidos por parcómetros. Gerimos mais de 1300 lugares de estacionamento, distribuídos por 35 ruas do centro da cidade.

A importância das ZEDL cresce a cada dia, visto que ordenar o estacionamento na via pública promove uma circulação mais fluida, causa menos filas e

menos problemas relacionados com o trânsito. A VITRUS tem ao dispor deste serviço oito agentes que têm como função exclusiva a fiscalização dos lugares de estacionamento tarifado fazendo cumprir o REGULAMENTO DAS ZONAS DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA.

Através da experiência, continuamos a otimizar o serviço e a melhorar a nossa intervenção, sempre com o objetivo de tornar os lugares de estacionamento rotativos de acesso justo e democratizado.

Neste momento, este setor de atividade representa cerca de 7% do volume de faturação da empresa.

03





Serviço III

Limpeza de Edifícios Públicos

O ano em análise registou um crescimento considerável.

A VITRUS presta serviços de limpeza de edifícios públicos e municipais, que estão sob a responsabilidade ou ocupados pela Câmara Municipal de Guimarães, que vão desde escritórios, a casas de banho públicas, balneários ou até mesmo grandes áreas como o Mercado Municipal, a Central de Camionagem, entre outros. Os nossos serviços consistem na limpeza geral do edifício como a varredura, lavagem de chão manual e mecânica, aspiração, limpeza de vidros, de mobiliário e de casas de banho de edifícios e públicas.

O ano em análise registou um crescimento considerável, quando comparamos com os dados de 2019, que muito se deve ao profissionalismo e à eficiência com que prestamos este serviço, bem como pela pandemia que aumentou a necessidade dos nossos serviços, nomeadamente na desinfeção de espaços públicos.

A limpeza, por ser feita em edifícios com uma grande

utilização pública diária, quer por colaboradores, quer por visitantes, é fundamental que seja cumprida com rigor e frequência, já que é um dos cartões de visita do nosso município.

Este serviço é desenvolvido por equipas constituídas de acordo com as necessidades e especificidades dos locais em causa. Os serviços esporádicos são, igualmente, analisados e adaptados à nossa capacidade de resposta quer em recursos humanos, quer em equipamentos.

A introdução de novos serviços ao nosso portfólio, bem como a implementação de novas metodologias e soluções que melhorem a execução dos mesmos são metas a atingir já no futuro próximo, sempre com o intuito de assegurar o melhor desempenho possível aos nossos municípios.

Este serviço representou cerca de 9% do volume de faturação da empresa.



“

Situação económica financeira.

Objetivo de
criar e gerar valor.

“

A empresa continua a gerar valor para fazer face aos seus compromissos.

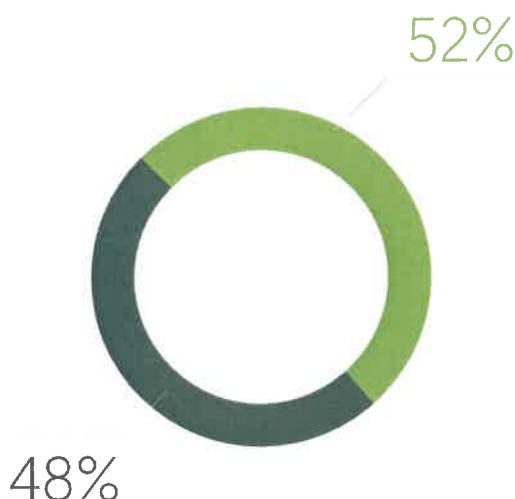
A VITRUS no exercício do ano de 2020 apresenta um resultado líquido positivo no valor de 442.724,91 Euros [quatrocentos e quarenta e dois mil, setecentos e vinte e quatro euros e noventa e um centavos].

// Rendimentos e Gastos

A diferença entre os rendimentos e gastos é de 535.646,97 Euros [quinhentos e trinta e cinco mil, seiscentos e quarenta e seis euros e noventa e sete centavos], o que significa que a atividade corrente da empresa continua a gerar valor para fazer face aos seus compromissos.

A estrutura de rendimentos e gastos repartiu-se da forma como abaixo se representa:

— Rendimentos — Gastos

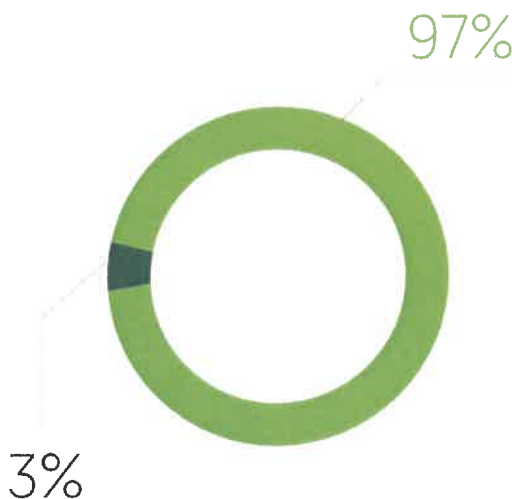


// Rendimentos

O valor de 4.653.194,26 Euros representa, na totalidade, o volume de negócios durante o ano de 2020, fruto da prestação de serviços que é efetuada através áreas de atuação que a empresa detém [Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza Pública e Promoção, Gestão e Fiscalização do Estacionamento Público Urbano].

O valor relativo de 3%, no montante de 155.055,39 Euros [cento e cinquenta cinco mil, cinquenta e cinco euros e trinta e nove centavos] refere-se à cobrança dos avisos de pagamento prévio, no exercício da fiscalização das ZEDL, aos apoios a programas aprovados pelo IEPF e indemnizações por sinistros e outros não especificados.

— Prestação de Serviços — Outros Serviços





// Gastos

No que diz respeito aos gastos do exercício de 2020, o valor cifrou-se nos 4.272.602,68 Euros e distribuiu-se em: Pessoal [2.292.288,43 Euros] com uma representação de cerca de 54%; Fornecimento e Serviços Externos [1.588.451,95 Euros] que representaram cerca de 37% dos gastos totais; Depreciações e Amortizações [365.331,00 Euros] o equivalente a 8% e como Outros Gastos e Perdas e Juros e Gastos Similares Suportados [26.531,30 Euros], com uma representatividade de 1%.

// Investimentos

Em 2020 o valor do investimento foi de 614.970,64 Euros. Este investimento destinou-se à aquisição de viaturas pesadas para recolha de resíduos, em contentores enterrados e semienterrados, na aquisição de soluções

informáticas para modernização administrativa e respetivo equipamento informático, etc. Podemos considerar que o ano 2020 continuou a ser um ano de forte investimento para a VITRUS, existindo uma subida significativa relativamente ao exercício anterior.

// Estado e outros Entes Públicos

Em obediência ao disposto no artigo 210.º da lei n.º 110/2009 de 16 de setembro, informa-se que a entidade não é devedora em mora à Segurança Social, resultando os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2020, de responsabilidades cujo pagamento se efetuou nos prazos legais.

A sociedade tem a situação regularizada perante a Autoridade Tributária."

// Síntese de Indicadores

Demonstra-se, de seguida, alguns indicadores económico-financeiros, que nos permitem verificar a "saúde" que a empresa apresentou no ano em análise.

Indicadores	'20	'19
EBITDA	909.215,85 €	422.642,71 €
EBIT	543.884,85 €	113.651,63 €
Rendibilidade Operacional (EBITDA/VN)	19,54 %	10,06 %
Valor Acrescentado Bruto (VAB)	3.073.304,37 €	2.471.450,05 €
Prazo Médio de Recebimentos [dias]	62	48
Prazo Médio de Pagamentos [dias]	61	58
Autonomia Financeira (CP/A)	58,77 %	47,50 %
Endividamento (P/A)	41,23 %	52,50 %
Solvabilidade (CP/P)	142,55 %	90,46 %
Liquidez Geral	1	1
Liquidez Reduzida	1	1
Rendibilidade do Capital Próprio [dias]	24,98 %	5,71 %
Capital Social	255.343,00 €	255.343,00 €
Capital Próprio	1.772.504,41 €	1.376.841,90 €
Volume de Negócios Total	4.653.194,26 €	4.201.090,13 €
Investimento	614.970,64 €	245.944,22 €

// factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Entre a data do Balanço e data da autorização para emissão das Demonstrações Financeiras, não foram recebidas quaisquer informações acerca das condições que existiam à data do Balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes Demonstrações Financeiras

// ações próprias

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2020 a empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o número de ações próprias detidas em 31 de dezembro de 2020.

// autorizações concedidas a negócios entre a sociedade e os seus administradores

Para efeitos do artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais, a VITRUS declara que, para o período em análise, não existiram negócios entre a Sociedade e os seus Administradores.

// Principais riscos e incertezas

A VITRUS está exposta a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro, entre outros.

A gestão do risco é conduzida pelo Administrador Executivo com base em políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. O Administrador Executivo identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros.

A VITRUS recorre ao crédito bancário para financiar a sua atividade, através de locações financeiras e contas correntes caucionadas.

Lu
ato
7.

“

Perspetivas futuras.

Gestão sustentável de todo
o trabalho que levamos à prática.

“

Procedimentos organizativos de gestão que visem aumentar, continuamente, a eficácia e eficiência.

Os objetivos estratégicos da VITRUS para o ciclo atual, em todos os níveis em que atua, continuarão a nortear-se pela qualidade do serviço prestado e pela consolidação do investimento. Estes fatores tornam a gestão sustentável de todo o trabalho que levamos à prática.

Em consonância com os objetivos gerais e linhas orientadoras pré-definidas, a gestão da VITRUS será sempre pautada e assente nos valores da empresa, sempre com a noção que o futuro será difícil, mas promissor, se implementarmos procedimentos organizativos de gestão que visem aumentar, continuamente, a eficácia e eficiência de toda nossa atuação.

Tentaremos, sempre que possível, dotar e colocar a empresa na “linha da frente” das soluções tecnológicas.

Estas ferramentas são, nos dias de hoje, fundamentais para que possamos estar ao nível dos melhores e, ao mesmo tempo, tornarmos a nossa estrutura sempre atual e diferenciadora, em relação a outros.

Com um grande sentido de responsabilidade, que decorre do atual contexto que atravessamos, não baixaremos os braços às dificuldades que porventura se possam apresentar, pelo contrário, tentaremos aproveitar os tempos difíceis para implementar soluções que permitam obter importantes vantagens competitivas e maior eficácia.

Desta forma, continuaremos a orientar a nossa gestão com a finalidade de dar mais escala e sustentabilidade à empresa, apostando na experiência, competência e capacidade dos seus colaboradores, para encarmos o futuro com elevado otimismo e confiança.





“

Proposta de aplicação resultados.

Nos termos da Lei e dos Estatutos da empresa, o Conselho de Administração da **VITRUS**, submete à apreciação da Assembleia Geral e propõe que seja aprovado o Relatório e Contas do Exercício de 2020, assim como a aplicação do Resultado Líquido do Período de **442.724,91 Euros [quatrocentos e quarenta e dois mil, setecentos e vinte e quatro euros e noventa e um cêntimos]**, da seguinte forma:

Reserva Legal [10%]	44.272,49 Euros
----------------------------	------------------------

Conforme art.º 295.º do CSC e n.º 2 do art.º 28.º dos Estatutos da empresa

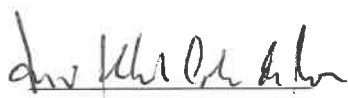
Resultados Transitados	118.782,42 Euros
-------------------------------	-------------------------

Constituição de Reserva Especial	279.670,00 Euros
---	-------------------------

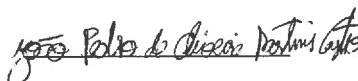
Correspondente ao montante dos lucros retidos e reinvestidos, nos termos de investimento, pela utilização da DLRR – Dedução por lucros retidos e reinvestidos

Guimarães, 31 de março de 2021

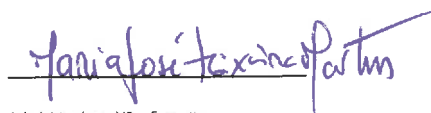
O Conselho de Administração



Presidente
Sérgio Alberto Castro da Rocha



Administrador Executivo
João Pedro O. Martins Castro



Administradora Não Executiva
Maria José Teixeira Martins



Anexo ao relatório de gestão Período de 2020

1. Nos termos do Artigo 447º, do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que a participação dos órgãos sociais de Administração e de Fiscalização no Capital Social é a seguinte:

Conselho de Administração

	Quantidade Nominal	Valor em €	% Capital
Sérgio Castro Rocha - Presidente	0,00	0,00	0,00
João Pedro Oliveira Martins Castro – Administrador Executivo	0,00	0,00	0,00
Maria José Teixeira Martins – Administradora Não Executiva	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00

Fiscal único

G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC Lda.

Representado por:

Dr. Gaspar Vieira de Castro

Suplente do Fiscal Único:

Dra. Anabela Barbosa Dias

Os seus membros não possuem qualquer ação da sociedade.

2. Nos termos do Artigo 448º, do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que os acionistas titulares de, pelo menos, um décimo do Capital Social:

Acionistas	Quantidade Nominal	Valor em €	% Capital
Município de Guimarães	255343	255.343,00	100
Total	255343	255.343,00	100



“

**Demonstrações
financeiras e
anexo.**

Transparência aliada
à eficiência de gestão!

Handwritten signature and initials in blue ink.

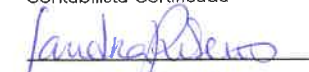


1.

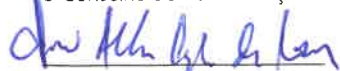
Demonstração de Resultados por Naturezas

Rendimentos e Gastos	Notas	2020	2019
Vendas e serviços prestados	10	4 653 194,26	4 201 090,13
Subsídios à exploração	15.6	8 562,06	28 728,95
Fornecimentos e serviços externos	15.4	-1 588 451,95	-1 758 369,03
Gastos com pessoal	13	-2 292 288,43	-2 110 978,49
Outros rendimentos	15.5	146 493,33	79 162,52
Outros gastos	15.7	-18 293,42	-16 991,37
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		909 215,85	422 642,71
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	7/8/9	-365 331,00	-308 991,08
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		543 884,85	113 651,63
Juros e gastos similares suportados	15.8	-8 237,88	-10 436,03
Resultado antes de impostos		535 646,97	103 215,60
Impostos sobre o rendimento do período	11	-92 922,06	-24 634,08
Resultado líquido do período		442 724,91	78 581,52

Contabilista Certificada


Sandra Eduarda Gonçalves Ribeiro
Cédula Profissional n.º 57510

O Conselho de Administração


Presidente
Sérgio Alberto Castro da Rocha


Administrador Executivo
João Pedro O. Martins Castro

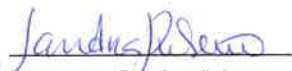

Administradora Não Executiva
Maria José Teixeira Martins

2.

Balanço

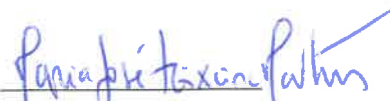
Rubricas	Notas	2020	2019
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	1 786 930,15	1 558 456,98
Ativos intangíveis	9	45 603,69	24 437,22
Outros investimentos financeiros	12.2	25 528,51	17 821,80
Subtotal		1 858 062,35	1 600 716,00
Ativo corrente			
Clientes	12.1	784 822,19	556 899,74
Estado e outros entes públicos	15.1	0,00	10 633,92
Outros créditos a receber	12.1	33 710,43	501 726,24
Diferimentos	15.2	26 320,47	17 751,45
Caixa e depósitos bancários	5	313 012,29	211 189,59
Subtotal		1 157 865,38	1 298 200,94
Total do Ativo		3 015 927,73	2 898 916,94
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital próprio			
Capital subscrito	15.3	255 343,00	255 343,00
Reservas legais	15.3	72 102,00	64 243,85
Outras Reservas		139 200,00	139 200,00
Resultados transitados	15.3	500 535,69	429 812,32
Outras variações no capital próprio	14	362 598,81	409 661,21
Subtotal		1 329 779,50	1 298 260,38
Resultado líquido do período		442 724,91	78 581,52
Total do Capital Próprio		1 772 504,41	1 376 841,90
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	8/12.3	143 178,68	138 957,05
Subtotal		143 178,68	138 957,05
Passivo corrente			
Fornecedores	12.1	264 819,43	280 705,39
Estado e outros entes públicos	15.1	188 265,39	109 748,09
Financiamentos obtidos	8/12.3	229 398,57	417 355,54
Outras dívidas a pagar	12.1	417 761,25	575 308,97
Subtotal		1 100 244,64	1 383 117,99
Total Passivo		1 243 423,32	1 522 075,04
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		3 015 927,73	2 898 916,94

Contabilista Certificada


Sandra Eduarda Gonçalves Ribeiro
Cédula Profissional n.º 57510

Conselho de Administração


Presidente
Sérgio Alberto Castro da Rocha

Administrador Executivo
João Pedro O. Martins Castro

Administradora Não Executiva
Maria José Teixeira Martins

3.

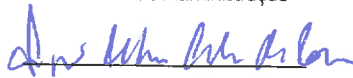
Demonstração de Fluxos de Caixa

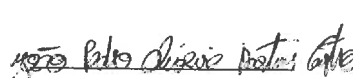
Rubricas	Notas	2020	2019
Fluxos de caixa de atividades operacionais - Método direto			
Recebimentos de clientes		4 600 908,20	4 264 902,64
Pagamentos a fornecedores		-1 726 704,64	-1 866 784,24
Pagamentos ao pessoal		-1 680 894,53	-1 609 998,41
Caixa geradas pelas operações		1 193 309,03	788 119,99
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-10 903,08	-74 724,52
Outros recebimentos/pagamentos		-569 561,04	-361 540,50
Fluxos das atividades operacionais (1)		612 844,91	351 854,97
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-621 528,41	-227 285,75
Ativos intangíveis		-45 596,10	-3 075,00
Investimentos financeiros		-6 701,71	-6 618,90
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		466 519,79	2 613,75
Fluxos das atividades de investimento (2)		-207 306,43	-234 365,90
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de			
Financiamentos obtidos		25 000,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-320 419,34	-66 564,79
Juros e gastos similares		-8 296,44	-10 332,70
Fluxos de atividades de financiamento (3)		-303 715,78	-76 897,49
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		101 822,70	40 591,58
Caixa e seus equivalentes no início do período		211 189,59	170 598,01
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5	313 012,29	211 189,59

Contabilista Certificada


Sandra Eduarda Gonçalves Ribeiro
 Cédula Profissional n.º 57510

O Conselho de Administração


 Presidente
Sérgio Alberto Castro da Rocha


 Administrador Executivo
João Pedro O. Martins Castro

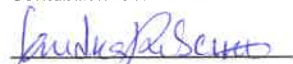

 Administradora Não Executiva
Maria José Teixeira Martins

4.

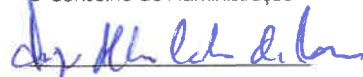
Demonstração das Alterações do Capital Próprio nos Períodos 2019 e 2020

Descrição	Capital subscrito	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados transitados	Outras variações no CP	Resultado líquido do período	Total CP
Posição 1 de Janeiro 2019	255 343,00	43 846,63	0,00	385 437,30	36 201,91	203 972,24	924 801,18
Alterações no período	0,00	20 397,22	139 200,00	44 375,02	373 459,30	-203 972,24	373 459,30
Outras alterações reconhecidas no CP	0,00	20 397,22	139 200,00	44 375,02	373 459,30	-203 972,24	373 459,30
Resultado líquido do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	78 581,52	78 581,52
Operações c/ detentores de cap. no período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realizações de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição 31 Dezembro 2019	255 343,00	64 243,85	139 200,00	429 812,32	409 661,21	78 581,52	1 376 841,90
Posição 1 de Janeiro 2020	255 343,00	64 243,85	139 200,00	429 812,32	409 661,21	78 581,52	1 376 841,90
Alterações no período	0,00	7 858,15	0,00	70 723,37	-47 062,40	-78 581,52	-47 062,40
Outras alterações reconhecidas no CP	0,00	7 858,15	0,00	70 723,37	-47 062,40	-78 581,52	-47 062,40
Resultado líquido do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	442 724,91	442 724,91
Operações c/ detentores de cap. no período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realizações de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição 31 Dezembro 2020	255 343,00	72 102,00	139 200,00	500 535,69	362 598,81	442 724,91	1 772 504,41

Contabilista Certificada


 Sandra Eduarda Gonçalves Ribeiro
 Cédula Profissional n.º 57510

O Conselho de Administração


 Presidente
 Sérgio Alberto Castro da Rocha


 Administrador Executivo
 João Pedro O. Martins Castro


 Administradora Não Executiva
 Maria José Teixeira Martins

my
of
of

“

Anexo às demonstrações financeiras.

Transparência aliada
à eficiência de gestão!





Continuaremos a orientar
a nossa gestão com a finalidade de dar
mais escala e sustentabilidade

1.

Identificação da Entidade:

1.1 - Designação

Vitrus Ambiente, Empresa Municipal, S.A.

1.2 – Sede

Avenida Cônego Gaspar Estação, n.º 606, Oliveira do Castelo, 4810-266 Guimarães.

1.3 – NIPC

509 584 888

1.4 - Natureza da atividade e enquadramento jurídico-legal

A Vitrus Ambiente, Empresa Municipal, S.A., adiante designada por Vitrus, é uma empresa local de âmbito municipal, sob a forma jurídica de sociedade anónima, ao abrigo do novo regime jurídico do setor empresarial local e das participações locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto. Foi constituída por escritura

pública outorgada no dia 8 de setembro de 2010, na Notariado Privativo da Câmara Municipal de Guimarães tendo iniciado sua atividade no dia 1 de Outubro do mesmo ano.

A entidade tem por objeto social mediante delegação de competências da Câmara Municipal de Guimarães, as seguintes atividades de interesse geral:

1. Gestão de resíduos urbanos e limpeza pública:

- Recolha e transporte de resíduos urbanos a destino final;
- Limpeza de instalações, espaços e vias públicas.

2. Promoção, gestão e fiscalização do estacionamento público urbano:

- Parques públicos;
- Zona de estacionamento de duração limitada [ZEDL]. Estas ferramentas são, nos dias de hoje, fundamentais para que possamos estar ao nível dos melhores e, ao mesmo tempo, tornarmos a nossa estrutura sempre atual e diferenciadora, em relação a outros.

Com um grande sentido de responsabilidade, que decorre do atual contexto que atravessamos, não baixaremos os braços às dificuldades que porventura se possam apresentar, pelo contrário, tentaremos aproveitar os tempos difíceis para implementar soluções que permitam obter importantes vantagens competitivas e maior eficácia.

Desta forma, continuaremos a orientar a nossa gestão com a finalidade de dar mais escala e sustentabilidade à empresa, apostando na experiência, competência e capacidade dos seus colaboradores, para encarmos o futuro com elevado otimismo e confiança.

2.

Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 julho, com as retificações da Declaração de Retificação nº 67-B/2009, de 11 de setembro, as alterações resultantes da lei nº 20/2010 de 23 de agosto, do decreto-lei 36 A /2011 de 9 de março e do Decreto-lei nº 98/2015 de 2 de Junho de acordo com a estrutura conceitual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas consignadas, respetivamente, nos Avisos 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 julho, e estão de acordo com a modelização e codificação aprovadas pelas Portarias 220/2015, de 24 julho, e 218/2015, de 23 julho.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no

pressuposto da continuidade das operações da empresa e no regime do acréscimo, com expressão dos respetivos montantes em euros.

2.2 - Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

Todo o conteúdo das contas do balanço e da demonstração dos resultados são comparáveis com os do período anterior

3.

Adoção pela primeira vez das NCRF

conjunto dos normativos que integram o SNC foi sempre utilizado pela Vitrus, na elaboração de demonstrações financeiras completas, na medida que a empresa iniciou a sua atividade em finais de 2010.

4.

Principais políticas contabilísticas

4.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Vitrus, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao seu custo de aquisição deduzido das depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas. As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

Para as obras em "edifícios e em outras construções de propriedade alheia" as taxas de depreciação são calculadas com base no correspondente período de utilidade esperada.

Os gastos de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como

gastos do período em que ocorrem.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da alienação ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e a sua quantia escriturada na data de alienação ou abate, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados por naturezas, nas rubricas "Outros Rendimentos" ou "Outros Gastos".

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos quinteses períodos de vida útil estimada:

Ativo Fixo Tangível	Vida útil
Edifícios e outras construções	entre 10 e 15 anos
Equipamento administrativo	entre 5 e 10 anos
Equipamento básico	entre 5 e 8 anos
Equipamento de transporte	entre 1 e 10 anos
Outros AFT	8 anos

Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao seu custo de aquisição deduzido das amortizações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Ativo Fixo Tangível	Vida útil
Edifícios e outras construções	entre 10 e 15 anos
Equipamento administrativo	entre 5 e 10 anos
Equipamento básico	entre 5 e 8 anos
Equipamento de transporte	entre 1 e 10 anos
Outros AFT	8 anos

M
auto
J

● Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

● Impostos Sobre o Rendimento

Nos termos do código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas "IRC", a matéria coletável decorrente dos lucros fiscais apurados, encontra-se sujeita a tributação, à taxa normal de 17% na parte da matéria coletável que não ultrapasse os 25 000 euros e à taxa de 21% na parte excedente, incrementada pela aplicação da Derrama à taxa máxima de 1,5 %.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações relativas aos anos de 2017 a 2020 poderão vir ainda a ser corrigidas, não sendo expectável, no entanto, que, das eventuais correções, venha a decorrer um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam

com itens registados diretamente no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é apurado pelo lucro tributável, o qual se baseia no lucro do exercício e em algumas variações em rubricas do capital próprio. O lucro tributável difere ainda do resultado contabilístico uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis noutros exercícios (diferenças temporárias). O lucro tributável exclui ainda gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis (diferenças permanentes).

Os impostos diferidos são calculados com base nas diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base de tributação, sendo mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que esteja formal ou substancialmente emitida na data de relato e a forma como as consequências fiscais se irão refletir.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis. São ainda reconhecidos créditos fiscais por reporte de prejuízos (equiparados a ativos por imposto diferidos). Porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existam expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os impostos diferidos ativos sejam revertidos, e de que a diferença temporária se reverte num futuro previsível. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto se não houver perspectiva concreta que os mesmos venham a ser liquidados no futuro.

● Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Clientes e outros créditos a receber

As rubricas de "Clientes" e "Outras créditos a receber" são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade.

Fornecedores e outras dívidas a pagar

Estas rubricas incluem geralmente saldos de fornecedores de bens e serviços que a entidade adquiriu, no decurso normal da sua atividade. Os itens que a compõem serão classificados como passivos correntes se o pagamento se

vencer no prazo de 12 meses ou menos, caso contrário, as contas de "Fornecedores" e "Outras dívidas a pagar" serão classificadas como passivos não correntes.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, os passivos apresentados na rubrica "Fornecedores" e "Outras dívidas a pagar" são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva.

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo ao custo amortizado (usando o método do juro efetivo), deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Custos de empréstimos obtidos

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo, exceto nos casos em que estes sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de

tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para uso ou venda estejam concluídas.

Instrumentos de Capital próprio

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não exista uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, evidenciando um interesse residual nos ativos da entidade após a dedução de todos os seus passivos.

As ações próprias são contabilizadas pelo seu custo de aquisição como um abatimento ao capital próprio. Os ganhos e perdas inerentes à alienação das ações próprias são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transação, não afetando o resultado do período.

Subsídios

Os subsídios estatais são reconhecidos apenas quando existir segurança de que a empresa cumprirá as condições inerentes à sua atribuição designadamente o investimento efetivo nas aplicações relevantes, e que os subsídios serão recebidos. Os subsídios ao investimento recebidos com o objetivo de compensar a empresa por investimentos efetuados em ativos imobilizados são incluídos na rubrica outras variações nos capitais próprios, consoante o período esperado do seu reconhecimento, e reconhecidos em resultados durante a vida útil estimada do respetivo ativo subsidiado por dedução ao valor das respetivas amortizações. Os subsídios à exploração, recebidos com o objetivo de compensar a empresa por gastos incorridos, são registados na demonstração dos resultados de forma sistemática durante os períodos em que são reconhecidos os gastos que aqueles subsídios visam compensar, bem como o valor acumulado dos períodos anteriores ao reconhecimento inicial do subsídios.

M
auto
J.

● Locações

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos.

Assim, os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método o custo do ativo é registrado no Ativo fixo tangível, a correspondente responsabilidade é registrada no passivo na rubrica de Financiamentos obtidos, e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do ativo, são registrados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam. As locações em que uma parte significativa dos riscos e benefícios da propriedade é assumida pelo locador sendo a empresa locatário, são classificadas como locações operacionais. Os pagamentos efetuados nas locações operacionais, líquidos de quaisquer incentivos recebidos do locador, são registrados na demonstração dos resultados durante o período da locação.

● Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para fazer face a custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pela empresa como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. A empresa não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios

económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.*

● Imparidades de Ativos

A Empresa avalia, à data de balanço, se há algum indício de que um ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada pela qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica "Imparidade de Investimentos depreciables/amortizáveis" ou "Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis". A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o seu valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o gasto com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a vida útil remanescente.

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma nova avaliação da imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuiram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

● Eventos Subsequentes

Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre situações que ocorram após essa data são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materialmente relevantes.

● Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes



Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas

recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras contas a receber e a pagar» e «Diferimentos».

Benefícios de Empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Administração da Vitrus.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo. De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo.

4.2 - Outras Políticas contabilísticas relevantes

Não foram adotadas outras políticas contabilísticas relevantes.

4.3 – Juízos de valor, executando os que envolvem estimativas, que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

A preparação das Demonstrações Financeiras de acordo com as NCRF exigiu que o Órgão de Gestão formulasse julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos rendimentos e gastos.

As estimativas e pressupostos associados foram baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formaram a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem divergir das estimativas.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Empresa, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um outro tratamento tivesse sido escolhido, a Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

4.4 - Principais pressupostos relativos ao futuro que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano contabilístico seguinte.

Não foram identificadas pelo Órgão de Gestão da Empresa situações que coloquem em causa a sua continuidade, deste modo as Demonstrações Financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações.

4.5 - Principais fontes de incerteza das estimativas que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte.

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. As alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir daquelas estimativas.

5.

Fluxos de Caixa

Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários estão desagregados da seguinte forma a 31 de dezembro de 2020:

Descrição	Conta	'20	'19
Caixa	11	27 785,73	68 702,64
Depósitos à ordem	12	285 226,56	142 486,95
Totais meios financeiros líquidos		313 012,29	211 189,59

6.

Partes Relacionadas

I) Relacionamentos com a empresa-mãe

Empresa-mãe: CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES.

a) Remunerações do pessoal chave da gestão

Remuneração do conselho de administração: apenas o administrador executivo auferiu por parte da Vitrus remuneração mensal bruta no valor de 2.683,13 euros, deduzida da taxa remuneratória de 5% por se tratar de um gestor público (130,69€), acrescida de despesas de representação no valor de 194,79 euros.

b) Transações e saldos pendentes entre partes relacionadas

i) Natureza do relacionamento – empresa mãe: foi celebrado um contrato de gestão entre o Município de Guimarães e a Vitrus, o qual rege o relacionamento entre as partes no âmbito da prestação dos serviços de interesse geral, cuja atividade assegura a satisfação das necessidades básicas dos cidadãos onde se incluem os serviços de limpeza de espaços, instalações e edifícios públicos municipais, a recolha de resíduos urbanos e a promoção, gestão e fiscalização do estacionamento público urbano.

ii) Transações: a Vitrus prestou serviços de recolha de resíduos urbanos, serviços de limpeza de espaços, instalações e edifícios públicos municipais e promoção, gestão e fiscalização do estacionamento público urbano, durante o ano de 2020, à Câmara Municipal de Guimarães.

i) Saldos pendentes (valores com IVA): a rubrica do balanço "clientes" apresenta um saldo devedor no

M
afp

P. J.

valor de 784.822,19€ dos quais 140.467,60€ correspondem às faturas emitidas ao Município respeitante ao mês de dezembro referente ao serviço de limpezas de espaços, instalações e edifícios públicos municipais e ao serviço de gestão do parque de Camões, assim como uma fatura emitida em novembro referente ao contrato in-house da limpeza de faixas de gestão de combustível e manutenção dos espaços verdes dos recintos escolares. A rubrica do balanço "fornecedores" apresenta um saldo credor de 264.819,43€ dos quais 70.725,00€ correspondem à fatura emitida pelo Município respeitante ao quarto trimestre de 2020 referente à concessão do estacionamento público.

ii) Em 2020 o volume total de transações (valores com IVA) com o Município de Guimarães foi de 1.198.361,51€ na ótica de nosso cliente e de 238.118,77€ enquanto nosso fornecedor.

III) Relacionamentos com a empresa VIMÁGUA – EIM, SA. – empresa do grupo Município de Guimarães.

a) Transações e saldos pendentes entre partes relacionadas

De modo a aproveitar a base de dados dos municípios de Guimarães, a Vimágua fatura e recebe em nome da

Vitrus os contratos com tarifa de recolha de resíduos afetos à Vitrus. Em 2020, a Vimágua faturou em nome da Vitrus 2.990.210,77€ e transferiu-lhe 2.790.811,19€, sendo que o saldo pendente em 31 de dezembro é de 624.152,42€, (valores não sujeitos a IVA, art.º 2 n.º 2 do CIVA).

Em contrapartida a Vimágua faturou esse serviço de faturação à Vitrus no valor de 75.047,15€, tendo sido integralmente pago pela Vitrus (valores com IVA).

III) Relacionamentos com a empresa RESINORTE - VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO RESÍDUOS SÓLIDOS, SA.

a) Transações e saldos pendentes entre partes relacionadas

Em 2020, a Vitrus celebrou um acordo de parceria com a Resinorte ao abrigo da implementação do sistema Pay-as-You-Throw – PAYT – na zona histórica do Centro Histórico de Guimarães e na zona envolvente ao Centro Histórico. No âmbito desse protocolo são estabelecidas parcerias para a promoção de atividades de sensibilização no domínio do ambiente, com especial ênfase na promoção da redução, separação e reutilização dos resíduos. A Vitrus passou a efetuar a recolha e o transporte de resíduos no âmbito PAYT, de acordo as orientações técnicas dadas pela Resinorte.

Nesse sentido a Vitrus faturou à Resinorte a quantia de 37.782,14€ (valores não sujeitos a IVA), estando pendente 12.590,20€, à data de 31 de dezembro de 2020.

7.

Ativos Fixos Tangíveis

- Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registrados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.
- As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.
- Vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

Descrição	31. 12. 2019	Adições	Revaloriz.	Abate	Transfer.	31. 12. 2020
Ativos fixos tangíveis						
Edifícios e outras construções	448 347,43	0,00			0,00	448 347,43
Equipamento básico	1 315 138,64	480 819,61				1 795 958,25
Equipamento de transporte	895 123,50	91 671,90				986 795,40
Equipamento administrativo	148 651,17	10 543,53				159 194,70
Outros ativos fixos tangíveis	19 716,32	1 407,00				21 123,32
AFT em curso	0,00	0,00			0,00	0,00
Ativo fixo tangível bruto	2 826 977,06	584 442,04	0,00	0,00	0,00	3 411 419,10
Depreciações	1 268 520,08	355 968,87				1 624 488,95
Depreciações acumuladas	1 268 520,08	355 968,87	0,00	0,00	0,00	1 624 488,95
Ativo tangível líquido	1 558 456,98	228 473,178	0,00	0,00	0,00	1 786 930,15

Descrição	31. 12. 2018	Adições	Revaloriz.	Abate	Transfer.	31. 12. 2020
Ativos fixos tangíveis						
Edifícios e outras construções	448 347,43	0,00			0,00	448 347,43
Equipamento básico	1 231 648,74	83 489,90				1 315 138,64
Equipamento de transporte	783 995,50	115 128,00		4 000,00		895 123,50
Equipamento administrativo	120 417,35	28 233,82				148 651,17
Outros ativos fixos tangíveis	18 766,32	950,00				19 716,32
AFT em curso	0,00	0,00			0,00	0,00
Ativo fixo tangível bruto	2 603 175,34	227 801,72	0,00	4 000,00	0,00	2 826 977,06
Depreciações	969 305,29	299 214,79				1 268 520,08
Depreciações acumuladas	969 305,29	299 214,79	0,00	0,00	0,00	1 268 520,08
Ativo tangível líquido	1 633 870,05	-71 413,07	0,00	4 000,00	0,00	1 558 456,98

Locações

Locações financeiras

- Quantia escriturada líquida à data do balanço, para cada ativo:

Ativo Não Corrente			
Ativos fixos tangíveis	Valor de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Valor Líquido
50 contentores ("moloks")	146 639,37	131 364,43	15 274,94
10 parçómetros	49 000,00	32 666,67	16 333,33
Viatura elétrica Goupil G3	33 640,50	20 324,46	13 316,04
Viatura elétrica Goupil G5	41 820,00	25 266,25	16 553,75
Viatura pesada 19 ton. Volvo [65-RB-29] e contentor nextra 15 m3	192 372,00	102 083,07	90 288,93
Viatura ligeira merc. Mitsubishi [41-SO-86]	42 811,23	18 729,90	24 081,33
Viatura pesada 19 ton. Volvo [69-TJ-24]	194 709,00	63 280,42	131 428,58
40 contentores ("moloks")	111 684,00	1 163,38	110 520,62
Total	812 676,10	394 878,58	417 797,52

A depreciação dos bens em locação financeira incide sobre o valor de aquisição.

- Total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço, e o seu valor presente, para cada um dos seguintes períodos:

Descrição	Ano 2021	> 1 ano e = 5 anos	> 5 anos	Total
Banco Comercial Português, S.A. Contrato n.º 400105419	0,00	0,00	0,00	0,00
Banco Comercial Português, S.A. Contrato n.º 400110233	0,00	0,00	0,00	0,00
Caixa Leasing e Factoring - IFIC, SA Contrato n.º 100088352	0,00	0,00	0,00	0,00
Caixa Leasing e Factoring - IFIC, SA Contrato n.º 100088353	0,00	0,00	0,00	0,00
Caixa Leasing e Factoring - IFIC, SA Contrato n.º 100088710	25 011,44	35 475,12	0,00	60 486,56
Banco Comercial Português, S.A. Contrato n.º 400116724	7 819,20	4 805,91	0,00	12 625,11
Banco Comercial Português, S.A. Contrato n.º 400117957	35 270,37	30 575,83	0,00	65 846,20
Caixa Leasing e Factoring, S.A. Contrato n.º CMOB/100127763	36 297,56	72 321,82	0,00	108 619,38
Total das locações financeiras	104 398,57	143 178,68	0,00	247 577,25

*M
Auto
J.*

Locações financeiras

- Quantia escriturada líquida à data de 31/12/2019, para cada ativo:

Ativo Não Corrente			
Ativos fixos tangíveis	Valor de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Valor Líquido
50 contentores (moloks)	146 639,37	1113 034,51	33 604,86
10 parcómetros	49 000,00	26 541,67	22 458,33
Viatura elétrica Goupil G3	33 640,50	16 119,40	17 521,10
Viatura elétrica Goupil G5	41 820,00	20 038,75	21 781,25
Viatura pesada 19 ton. Volvo (65-RB-29) e contentor nextra 15 m3	192 372,00	80 591,90	111 780,10
Viatura ligeira merc. Mitsubishi (41-SO-86)	42 811,23	13 378,50	29 432,73
Viatura pesada 19 ton. Volvo (69-TJ-24)	194 709,00	43 809,52	150 899,48
Total	700 992,10	313 514,25	387 477,85

- Total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data de 31/12/2019, e o seu valor presente, para cada um dos seguintes períodos:

Descrição	Ano 2020	> 1 ano e = 5 anos	> 5 anos	Total
Banco Comercial Português, S.A. Contrato n.º 400105419	0,00	0,00	0,00	0,00
Banco Comercial Português, S.A. Contrato n.º 400110233	0,00	0,00	0,00	0,00
Caixa Leasing e Factoring - IFIC, SA Contrato n.º 100088352	0,00	0,00	0,00	0,00
Caixa Leasing e Factoring - IFIC, SA Contrato n.º 100088353	0,00	0,00	0,00	0,00
Caixa Leasing e Factoring - IFIC, SA Contrato n.º 100088710	24 725,41	60 485,78	0,00	85 211,19
Banco Comercial Português, S.A. Contrato n.º 400116724	7 710,57	12 625,10	0,00	20 335,67
Banco Comercial Português, S.A. Contrato n.º 400117957	34 919,56	65 846,17	0,00	100 765,73
Total das locações financeiras	67 355,54	138 957,05	0,00	206 312,59

9.

Ativos Intangíveis

- Os ativos intangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações.

Ativo Não Corrente	31. 12. 2019	Adições	Revaloriz.	Abate	Transfer.	31. 12. 2020
Ativos intangíveis						
Programas de computador	52 928,99	9 249,60	0,00	0,00	24 354,00	86 532,59
AI em curso	3 075,00	21 279,00			-24 354,00	0,00
Ativo fixo tangível bruto	56 003,99	30 528,60	0,00	0,00	0,00	86 532,59
Amortizações	31 566,77	9 362,13	0,00	0,00	0,00	40 928,90
Amortizações acumuladas	31 566,77	9 362,13	0,00	0,00	0,00	40 928,90
Ativo intangível líquido	24 437,22	21 166,47	0,00	0,00	0,00	45 603,69

Ativo Não Corrente	31. 12. 2018	Adições	Revaloriz.	Abate	Transfer.	31. 12. 2019
Ativos intangíveis						
Programas de computador	37 861,49	15 067,50	0,00	0,00	24 354,00	52 928,99
AI em curso	0,00	3 075,00			-24 354,00	3 075,00
Ativo fixo tangível bruto	37 861,49	18 142,50	0,00	0,00	0,00	56 003,99
Amortizações	25 790,48	5 776,29	0,00	0,00	0,00	31 566,77
Amortizações acumuladas	25 790,48	5 776,29	0,00	0,00	0,00	31 566,77
Ativo intangível líquido	12 071,01	12 366,21	0,00	0,00	0,00	24 437,22

10.

Rédito

Quantia de cada categoria de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Descrição	'20	'19
Prestações de serviços		
Higiene urbana	3 647 043,85	3 156 215,86
Limpeza edificios públicos	432 616,93	306 201,76
Recolha de parques de estacionamento	256 172,00	283 483,31
Recolha de parcometros	317 361,48	455 189,20
Total	4 653 194,26	4 201 090,13

11.

Impostos sobre o Rendimento

Quantia de cada categoria de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Descrição	'20	'19
Resultado antes imposto	535 646,97	103 215,60
Resultado antes imposto sujeito	535 646,97	103 215,60
Taxa imposto	21,00%	21,00%
Imposto sobre rendimento*	92 922,06	24 634,08

*Inclui tributação autónoma

A Vitrus teve benefícios fiscais no montante global de 27.967,00 euros correspondente à utilização da DLRR – Dedução por Lucros Retidos e Reinvestidos.

12.

Instrumentos
Financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

12.1 - Fornecedores/clientes/outras créditos a receber e dívidas a pagar/ pessoal

Em 31 de dezembro de 2020, a rubrica de fornecedores/clientes/outras créditos a receber e dívidas a pagar e pessoal apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31. 12. 2020			31. 12. 2019		
	Ativos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidades acumuladas	Total	Ativos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidades acumuladas	Total
Ativo						
Clientes	784 822,19	0,00	784 822,19	7556 899,74	0,00	7556 899,74
Outros créditos a receber	33 710,43	0,00	33 710,43	501 726,24	0,00	501 726,24
Total do ativo	818 532,62	0,00	818 532,62	1 058 625,98	0,00	1 058 625,98
Passivo						
Fornecedores	264 662,35	0,00	264 662,35	280 705,39	0,00	280 705,39
Outras dívidas a pagar	417 761,25	0,00	417 761,25	575 308,97	0,00	575 308,97
Total passivo	682 423,60	0,00	682 423,60	856 014,36	0,00	856 014,36
Total líquido	136 109,02	0,00	136 109,02	202 611,62	0,00	202 611,62

As Outras dívidas a pagar englobam as seguintes rubricas:

- Fornecedores de investimento no valor de 12.204,00€ (em 2019: 173.110,86€);
- Credores por acréscimos no valor de 298.703,08€ (em 2019: 283.264,23€);
- Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR) – imposto associado – no valor de 105.270,60€ (em 2019: 118.933,88€).

12.2 – Outros investimentos financeiros

Trata-se das contribuições mensais, iniciadas no ano de 2014, para os fundos de compensação do trabalho (FCT), associados a colaboradores da Vitrus abrangidos.

Em 31 de dezembro de 2020, os FCT apresentavam o valor de 25.528,51€, comparativamente com a quantia de 17.821,80€ em finais de 2019

12.3 – Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2020, a rubrica de «financiamentos obtidos» apresentava a seguinte decomposição:

Financiamentos Obtidos	31. 12. 2020			31. 12. 2019		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Passivos						
Empréstimos bancários (Caucionada)	125 000,00	0,00	125 000,00	350 000,00	0,00	350 000,00
Descobertos bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Locações financeiras	104 398,57	143 178,68	247 577,25	67 355,54	138 957,05	206 312,59
Total	229 398,57	143 178,68	372 577,25	417 355,54	138 957,05	556 312,59

13.

Benefícios dos Empregados

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

Gastos com Pessoal	'20	'19
Remuneração do membro do órgão social	45 519,10	39 804,62
Encargos s/ remun. do membro do órgão social	10 545,72	8 900,03
Remunerações do pessoal	1 720 744,55	1 578 825,95
Encargos sobre remunerações	365 054,34	334 390,65
Indemnizações	0,00	0,00
Acréscimos remunerações a liquidar	27 349,46	44 274,69
Seguros de acidentes trabalho	89 187,40	57 293,31
Outros gastos	33 887,86	47 489,24
Total	2 292 288,43	2 110 978,49

A rubrica «outros gastos pessoal» inclui maioritariamente gastos com indumentária.

O número médio de empregados durante o período de 2020 foi de 149.

A 31 de dezembro de 2020 o número de colaboradores era de 155, por comparação dos 143 em 31 de dezembro de 2019.

14.

Apoios

Os subsídios do governo encontram-se inicialmente reconhecidos no Capital Próprio da entidade, na conta 593 – Subsídios. O reconhecimento subsequente dos subsídios como rendimento ocorre na proporção quer das depreciações dos ativos subsidiados na conta 7883 – Imputação de subsídios para investimentos.

Rubricas	Saldo Final A/C 5931 (31-12-2019)	Imputação Subsídio A/C 7883	Reconhecimento do subsídio a reconhecer	Saldo Final A/C 5931 (31-12-2020)
Subsídio atribuído ao investimento	528 595,09	60 725,68	0,00	467 869,41
Total do ativo	528 595,09	60 725,68	0,00	467 869,41

Rubricas	Saldo Final (31-12-2019)	Movimento débito	Movimento crédito	Saldo Final (31-12-2019)
Outras variações no capital próprio				
Subsídio ao investimento				
Subsídio atribuído (conta 5931)	528 595,09	-60 725,68	467 869,41	528 595,09
Ajustamentos em subsídio (conta 5932)	-118 933,88	0,00	-105 270,60	-118 933,88
Total (conta 59)	409 661,21	-60 725,68	362 598,81	409 661,21

O montante pendente de 5.081,01€, de subsídios provenientes do POSEUR (à exploração e ao investimento) referente à primeira candidatura do PAYT foi recebido em 16 de março de 2021.

Relativamente à segunda candidatura associada ao alargamento do mesmo projeto, durante o exercício de 2020, foram efetivamente recebidos 466.519,79€, ficando em aberto 25.827,07€ o qual se espera vir a receber no decorrer do presente ano de 2021.

A Operação "Implementação do Sistema Pay-as-You-Throw – PAYT na Zona Envolvente ao Centro Histórico de Guimarães" pretendeu, assim, dar continuidade ao

trabalho que tem sido desenvolvido e alargar a área de abrangência do Projeto PAYT em Guimarães.

Face a alguns constrangimentos devido a atrasos dos fornecedores, alguns em consequência da pandemia de Covid-19, a operacionalização da operação iniciou mais tarde que o inicialmente perspetivado. Contudo o projeto tem demonstrado boa receptividade e esperam-se resultados muito positivos, em conformidade com as metas estabelecidas ao incrementar a recolha seletiva de resíduos e ao desincentivar à produção de resíduos indiferenciados, por aplicação do princípio poluidor-pagador.

Handwritten signature and initials in blue ink.

O projeto compreende a prossecução de um conjunto de investimentos, nomeadamente em equipamento básico e de transporte, de forma a permitir a deposição nos respetivos ecopontos, sua recolha e encaminhamento para a Entidade Gestora em Alta (Resinorte).

A Operação visou, deste modo, a aquisição de ecopontos portáteis destinados às habitações e a estabelecimentos comerciais, e a implementação de uma solução tecnológica para adaptação dos contentores enterrados e semienterrados já existentes, servindo o propósito da implementação do sistema PAYT.

O mesmo visou ainda a implementação de 10 novos ecopontos (40 contentores) na área de intervenção.

Para resposta a estes equipamentos, às condições da malha urbana e frequência de recolha foram adquiridas 3 viaturas de recolha.

A Operação de "Implementação do Sistema Pay-as-You-Throw – PAYT na Zona Envolvente ao Centro Histórico

de Guimarães" compreendeu também a criação de uma plataforma para compilação de dados e informação do sistema PAYT, designadamente, mapas de produção, média de consumos, histórico, gráficos evolutivos, estatísticas, entre outros dados.

Além destes investimentos, a Operação inclui também a prossecução de uma campanha de promoção e divulgação de forma a comunicar o projeto em desenvolvimento e o seu cofinanciamento, assim como a sensibilizar a população abrangida (utilizadores) para as boas práticas a desenvolver e participação no projeto.

A Operação permitiu, assim, disponibilizar condições de operacionalização do serviço a, pelo menos, 754 utilizadores (domésticos e não domésticos), chegando a cerca de 1477 habitantes, além daqueles que beneficiam dos estabelecimentos comerciais desta zona de intervenção, promovendo o incremento dos quantitativos seletivos recolhidos e uma maior consciencialização da população vimaranense.

15.

Outras Informações

15.1 – Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2020, a rubrica de «estado e outros entes públicos» apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31. 12. 2020			31. 12. 2019		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Estado e outros entes públicos						
Ativos						
IRC a recuperar	0,00	0,00	0,00	10 633,92	0,00	10 633,92
IVA a recuperar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	10 633,92	0,00	10 633,92
Passivos						
Imposto sobre o rendimento	71 385,06	0,00	71 385,06	0,00	0,00	0,00
Retenção de imposto sobre o rendimento	11 817,88	0,00	11 817,88	12 578,65	0,00	12 578,65
IVA a pagar	20 717,91	0,00	20 717,91	24 143,49	0,00	24 143,49
Contribuições segurança social	81 974,93	0,00	81 974,93	72 285,81	0,00	72 285,81
Outras tributações (fundos compensação)	2 369,61	0,00	2 369,61	740,14	0,00	740,14
Total	188 265,39	0,00	188 265,39	109 748,09	0,00	109 748,09

M
57
ato
P.
J.

15.2 – Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2020, a rubrica de diferimentos apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31. 12. 2020			31. 12. 2019		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Ativos						
Gastos a reconhecer						
Seguros	13 233,34	0,00	13 233,34	12 331,09	0,00	12 331,09
Rendas	1 626,65	0,00	1 626,65	0,00	0,00	0,00
Leasings/ALD	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	11 460,48	0,00	11 460,48	5 420,36	0,00	5 420,36
Total	26 320,47	0,00	26 320,47	17 751,45	0,00	17 751,45

15.3 – Capital Próprio

Em 31 de dezembro de 2020, a rubrica de capital próprio apresentava a seguinte decomposição:

	'20	'19
Capital próprio		
Capital subscrito	255 343,00	255 343,00
Reservas Legais	72 102,00	64 243,85
Reservas Especiais para Investimento	139 200,00	139 200,00
Resultados transitados	500 535,69	429 812,32
Outras variações no capital próprio	362 598,81	409 661,21
Resultado líquido do período	442 724,91	78 581,52
Total	1 772 504,41	1 376 841,90

12.3 – Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2020, a rubrica de «financiamentos obtidos» apresentava a seguinte decomposição:

Fornecimentos e serviços externos	'20	'19
Serviços especializados	660 259,46 €	812 792,44 €
Trabalhos Especializados	311 851,55	385 164,64
Honorários	18 980,00	22 825,01
Conservação e reparação	300 704,71	394 134,23
Outros	28 723,20	10 668,56
Materiais	90 385,84	107 253,47
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	77 001,32	100 574,82
Sacos PAYT	0,00	0,00
Outros	13 384,52	6 678,65
Energia e fluidos	356 711,74	340 770,00
Combustíveis	319 089,98	306 539,99
Outros	37 621,76	34 230,01
Deslocações, estadas e transportes	1 473,49	5 779,32
Deslocações e estadas	1 473,49	5 749,24
Outros	0,00	30,08
Serviços diversos	479 621,42	491 773,80
Rendas e alugueres	290 294,49	328 347,05
Outros	189 326,93	163 426,75
Total	1 588 451,95	1 758 369,03

15.5 – Outros Rendimentos

A rubrica "outros rendimentos" contempla fundamentalmente as taxas pagas pelos municípios aquando incumprimento na utilização do estacionamento público de duração limitada onde existem parcometros, sendo o valor de 38.273,50€ (em 2019: 33.785,50€). Também abrange o serviço técnico de desenvolvimento do projeto URBACT prestado ao município de Guimarães no valor de 18.000,00€ (em 2019: 18.325,20€), assim como a imputação de subsídios para o investimento que ascende a quantia de 60.725,68€ (em 2019: 11.321,21€), entre outras rubricas de valor residual.

15.6 – Subsídios à Exploração

Os "subsídios à exploração", no valor de 8.562,06€ (em 2019: 28.728,95€), dizem respeito a:

- 3.932,12€ - recebimento pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), no âmbito de Estágio Profissional de Emprego (em 2019: 5.391,80€);
- 4.269,88€ - recebimento pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), no âmbito de dois contratos de emprego inserção (CEI+);
- 360,06€ - subsídio por parte do Instituto de Segurança Social no âmbito das medidas de apoio aos filhos até 12 anos associadas ao COVID-19.

Em 2019 não tivemos CEI+, nem COVID-19, mas em contrapartida recebemos a quantia de 23.337,15€ proveniente do Programa Operacional Sustentabilidade Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR).

15.7 – Outros Gastos

A rubrica "outros gastos" incorpora fundamentalmente, impostos indiretos no valor de 4.884,04€ (em 2019 foi de 5.216,50€), tais como imposto de selo e impostos sobre transportes rodoviários, assim como quotizações no valor de 4.388,00€ em associações de índole ambiental (em 2019 também foi de 4.388,00€), entre outras rubricas residuais.

15.8 – Juros e Gastos Similares Suportados

Os "juros e gastos similares suportados" apresentam um total no valor de 8.237,88€, sendo muito similar ao de 2019 (10.436,03€), discriminado da seguinte forma:

- 6.194,80€ - juros de financiamento obtidos via contas caucionadas;
- 1.930,76€ - juros associados aos contratos de locações financeiras;
- 139,32€ - outros gastos relativos a financiamentos obtidos

15.9 – Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos da Lei e dos Estatutos da empresa, o Conselho de Administração da VITRUS AMBIENTE, EM, SA, submete à apreciação da Assembleia Geral e propõe que seja aprovado o Relatório e Contas do Exercício de 2020, assim como a aplicação do Resultado Líquido do Período de 442.724,91 euros [quatrocentos e quarenta e dois mil, setecentos e vinte e quatro euros e noventa e um centavos], da seguinte forma:

- 10% para reserva legal no valor de 44.272,49 euros;
- constituição de uma reserva especial pelo valor de 279.670,00 euros, correspondente ao montante dos lucros retidos e reinvestidos, nos termos do regime da antecipação do registo de investimento, pela utilização da DLRR – Dedução por Lucros Retidos e Reinvestidos;
- o remanescente 118.782,42 euros para resultados transitados.

16.

Acontecimentos Após a Data do Balanço

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 31 de março de 2021. No entanto os acionistas poderão, em Assembleia Geral não aprovar as presentes demonstrações financeiras e solicitar alterações.

Guimarães, 31 de março de 2021

Contabilista Certificada

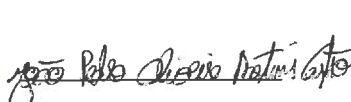


Sandra Eduarda Gonçalves Ribeiro
Cédula Profissional n.º 57510

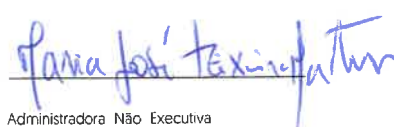
O Conselho de Administração



Sérgio Alberto Castro da Rocha
Presidente



João Pedro O. Martins Castro
Administrador Executivo



Maria José Teixeira Martins
Administradora Não Executiva

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca das condições que existiam à data do balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

17.

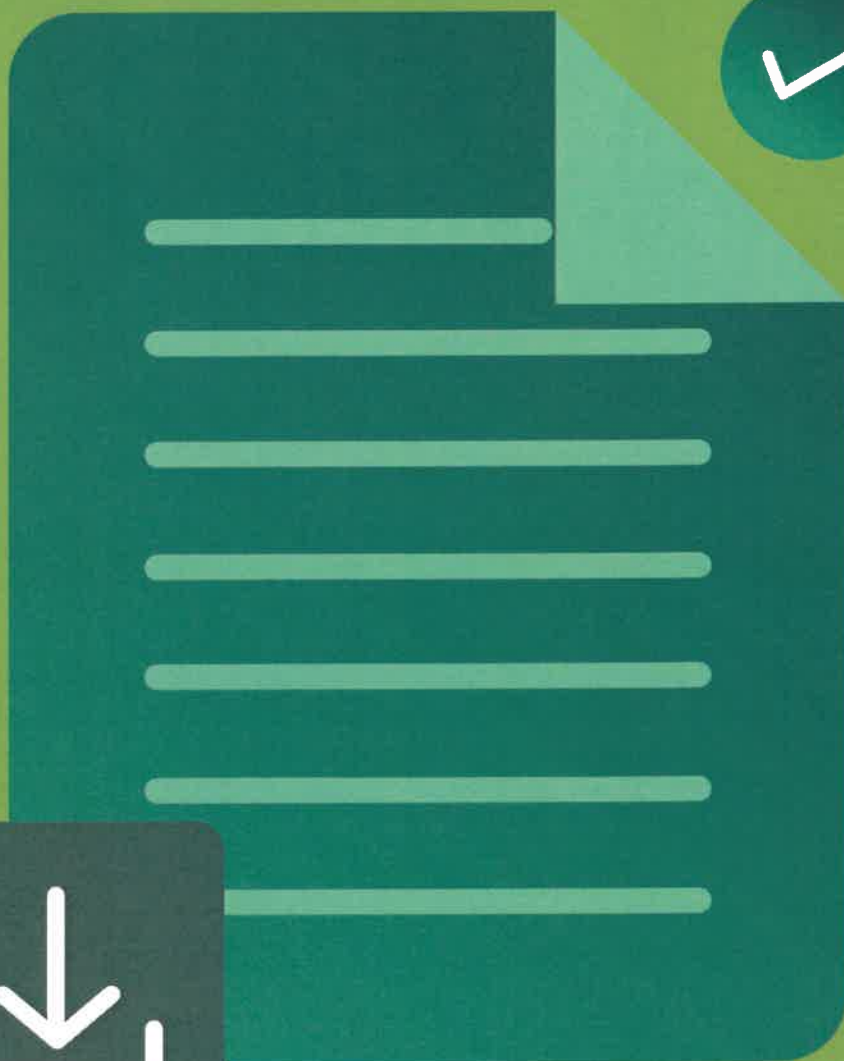
Divulgações Exigidas por Diplomas Legais

Os honorários de revisão legal de contas faturados, durante o exercício de 2020, pela sociedade de Revisores G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC Lda., ascenderam a 4.800 euros, aos quais acresce IVA à taxa legal.

Em obediência ao disposto no artigo 210.º da Lei n.º 110/2009 de 16 de setembro, informa-se que a entidade não é devedora em mora à Segurança Social, resultando os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2020, de responsabilidades cujo pagamento se efetuou nos prazos legais.

A sociedade tem a sua situação regularizada perante a Autoridade Tributária.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2020, a Empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o número de ações próprias detidas em 31 de dezembro de 2020.



“

Anexos.

Certificação legal de contas.
Relatório e parecer do fiscal único.



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **VITRUS AMBIENTE, EM, SA** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 3 015 928 euros e um total de capital próprio de 1 772 504 euros, incluindo um resultado líquido de 442 725 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **VITRUS AMBIENTE, EM, SA** em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- Elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- Avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Braga, 31 de março de 2021

G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC Lda.

(SROC 153; CMVM 20161463)

Representada por

Anabela Barbosa Dias (ROC 1278; CMVM 20160889)

Gaspar Vieira de Castro, (ROC 557; CMVM 20160219)



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas,

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, vimos, na qualidade de Fiscal Único da sociedade **VITRUS AMBIENTE, EM, S.A.** apresentar o nosso parecer sobre o Relatório e demais documentos de prestação de contas elaborado pelo Conselho de Administração, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

1. Atendendo ao contexto descrito, no exercício das nossas funções:

- a) Acompanhámos a gestão da sociedade através do contacto mantido com o Conselho de Administração e os departamentos Financeiro e de Contabilidade, solicitando os esclarecimentos que, nas circunstâncias, entendemos convenientes;
- b) Averiguámos a observância da lei e do cumprimento do contrato de sociedade;
- c) Procedemos a verificações dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte e avaliámos a eficácia do sistema de controlo interno da sociedade, com a periodicidade e extensão consideradas necessárias e aplicáveis;
- d) Examinámos as demonstrações financeiras e demais documentos de prestação de contas da sociedade, à luz dos princípios contabilísticos e critérios valorimétricos adotados.

2. Tendo em consideração as verificações, fiscalizações e diligências executadas, bem como os documentos de prestação de contas da sociedade e a Certificação Legal das Contas por nós emitida, sem reservas nem ênfases, (a qual anexamos para integrar o presente Relatório e Parecer), **concluimos que:**

- a Contabilidade, as Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão satisfazem as disposições legais e estatutárias e refletem a atividade da sociedade no exercício em causa, bem como a sua situação económica e financeira.
- os atos da Administração que são do nosso conhecimento não colidem com a lei nem com os estatutos da sociedade;



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

e somos de parecer que a Assembleia Geral deve:

- Aprovar o Relatório de Gestão e as Contas referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2020;
- Aprovar a proposta de aplicação de resultados apresentada pela Administração;
- Proceder à apreciação da Administração e da Fiscalização da sociedade, nos termos previstos no artº. 455º. do Código das Sociedades Comerciais.

Braga, 31 de março de 2021

G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC, Lda.

(SROC 153, CMVM 20161463)

Representada por

Anabela Barbosa Dias (ROC 1278, CMVM 20160889)

Gaspar Vieira de Castro (ROC 557, CMVM 20160219)

“

|

Relatório e Contas. '20

Vitrus Ambiente EM SA

Av. Conego Gaspar Estação Nº 606 Oliveira do Castelo - 4810-266 Guimarães
geral@vitrusambiente.pt - vitrusambiente.pt



MUNICÍPIO DE
GUIMARÃES



PARCEIRO EM DESENVOLVIMENTO



NÚMERO VERDE
800 209 565